

Rodada 01

*Rodadas de Reta Final para PC-PA
(Delegado) Pós-Edital*

Autor:

**Akhenaton Nobre, Diego Pureza,
Fernando Bezerra, Igor Augusto
Bastos, Ivo Martins, João Daniel
Guimarães Oliveira, Luis Carlos
Miranda de Oliveira, Oto Andrade
Teixeira, Paulo Bilynskyj, Paulo H
M Sousa, Ricardo Torques,**

04 de Dezembro de 2020

Sumário

Considerações Iniciais	2
Tópico: 1. Realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica: As terras indígenas 3	
1.1. As Reservas Indígenas	3
1.2. Os Povos e a Cultura Indígena.....	3
1.3. O Que é uma Terra Indígena?	4
1.4. Situação Atual	5
1.5. O Perfil Populacional Indígena	7
2- Reservas Indígenas na Região Norte e no Pará	10
3- Questões Objetivas	13



RODADA 1

CONHECIMENTOS SOBRE O ESTADO DO PARÁ: REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Olá pessoal, muito prazer, sou o professor Sérgio Henrique e tenho a missão de fazê-lo acertar as duas questões que serão aplicadas da minha disciplina, conhecimentos do estado do Pará. Ao longo das quatorze rodadas, será possível estudarmos e revisarmos bem os tópicos do edital, que a propósito, são bem genéricos e dão margem para cobrarem praticamente qualquer conteúdo em História, Geografia e Atualidades, mas com base na experiência na preparação de concursos anteriores da banca e das carreiras policiais, minhas apostas são em uma questão que envolva a violência no campo, decorrente de conflitos ligados à expansão da fronteira agrícola, como o garimpo ilegal em terras indígenas e unidades de conservação ambiental, bem como as queimadas na Amazônia, que tomaram conta dos noticiários nacionais e internacionais. A segunda questão aposto no **tópico 3, as particularidades socioeconômicas das Regiões Integradas de Segurança Pública, instituídas pela Resolução nº 185, de 19 fevereiro de 2012 do Consep.** É um tópico exclusivo do seu edital, e isso indica uma grande possibilidade de ser cobrado no exame. As regiões integradas foram criadas para harmonizar e integrar a ação dos órgãos de segurança pública, fez coincidir as circunscrições da polícia civil e militar. Em 2016 e 2017 todas as regiões brasileiras diminuíram as taxas de crimes violentos, exceto a região norte e nordeste. No Norte as taxas de violência do estado do Amazonas e do Pará aumentaram devido às rebeliões nos presídios e ações do crime organizado. Em 2018 e 2019 a violência no Pará apresentou diminuição nas taxas de violência, principalmente em homicídios e latrocínio.

Nas nossas primeiras rodadas iremos explorar todos os principais temas que podem ser abordados no edital, depois treinaremos intensamente, a maior variedade de conteúdo o quanto for possível.



TÓPICO: 1. REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA: AS TERRAS INDÍGENAS

1.1. AS RESERVAS INDÍGENAS

A Amazônia é muito complexa, não somente do ponto de vista ambiental, mas também pela complexidade de culturas diferentes, cuja variedade é muito grande. São várias comunidades com organizações sociais e culturais bastante particulares.

Segundo o último censo, há 300 mil indígenas em 300 terras indígenas que falam do português e até 200 dialetos. O Brasil tem uma extensão territorial de cerca de 851 milhões de ha, ou seja, 8.515.767 km². As terras indígenas do Brasil ocupam uma área de aproximadamente 1.100.000 km² de extensão, maior do que o território da França (549.190 km²) e do Reino Unido (243.610 km²) juntos.

Confira no quadro abaixo as Terras Indígenas criadas no Brasil, segundo a situação de regularização.

Grandes Regiões	Nº de Terras	Superfície (ha)
Em estudo	115	0
Delimitada	30	2 024 366
Declarada	51	2 679 132
Homologada	12	513 762
Regularizada	428	104 616 529
Reserva Indígena	36	44 358

Fonte: FUNAI – dezembro de 2013.

1.2. OS POVOS E A CULTURA INDÍGENA

A população indígena original estimada varia muito de antropólogo para outro, pois os números oscilam de 2.000.000 (dois milhões) à 6.000.000 (seis milhões). O contato com os europeus foi bastante conflituoso, como é ainda hoje. Alguns estudiosos apontam que temos um choque cultural com as comunidades indígenas, outros que a sociedade brasileira, baseada nas regras de mercado as veem de forma paternalista tratando-o como inocente (o termo que é usado na constituição) e que a forma como são tratados os relegam a ficar presos ao passado remoto que não existe mais, e seria uma forma de segregação. Poucos assuntos geram tantos debates quanto a questão da preservação da cultura e das reservas indígenas. Pois há posições totalmente diferentes dentro dos mesmos grupos.



Os povos amazônicos são detentores de muitos conhecimentos acerca do mundo e da floresta, que frequentemente entram em choque com os valores e objetivos da agroindústria, que impõe a expansão das fronteiras agrícolas, ou também se chocam com os conhecimentos científicos. Para os antropólogos é importante evitarmos uma falsa dicotomia, por exemplo, entre os conhecimentos tradicionais e os conhecimentos indígenas. Há uma série de chás e bebidas que são conhecimentos populares e tradicionais sobre a floresta, que são vistos com reserva pela ciência, pois vários conhecimentos medicinais científicos são baseados na medicina tradicional da floresta. Isso provoca inclusive uma “guerra de patentes”, quando ocorre algum tipo de **biopirataria** e empresas farmacêuticas, principalmente, recorrem aos conhecimentos tradicionais e organizam processos industriais lançando novos remédios ou novos cosméticos. Os conhecimentos tradicionais, de acordo com os antropólogos, realizaram uma seleção e possuem um domínio sobre os produtos locais, como o óleo da Andiroba ou o Açaí. Conhecimentos importantes como época de plantio, formas de cultivo, preparo e consumo. Ou seja, há um conhecimento tradicional profundo e específico, que é aproveitado por grandes empresas e cientistas, que inclusive caracteriza a biopirataria, que é também a apropriação indevida de conhecimentos tradicionais. Há grandes contradições que são levantadas diante deste panorama, que são alguns casos como o Cupuaçu que foi patenteado por uma empresa japonesa. Após uma disputa jurídica a patente foi derrubada.

O estado brasileiro conta com um órgão indigenista chamado FUNAI (fundação nacional do índio) que foi criado em 1967 pela lei 5.371. É uma autarquia vinculada ao ministério da justiça, cuja função é realizar políticas que visem à aplicação das leis indígenas. Por exemplo, eles têm direito a uma educação escolar específica e diferenciada de forma a valorizar sua cultura e integrá-lo através de uma educação intercultural, bilíngue e comunitária. A ação de educação indígena cabe ao MEC (Ministério da Educação e Cultura) que deve ouvir as orientações da FUNAI.

1.3. O QUE É UMA TERRA INDÍGENA?

De acordo com o Artigo 231 da Constituição Federal:

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.



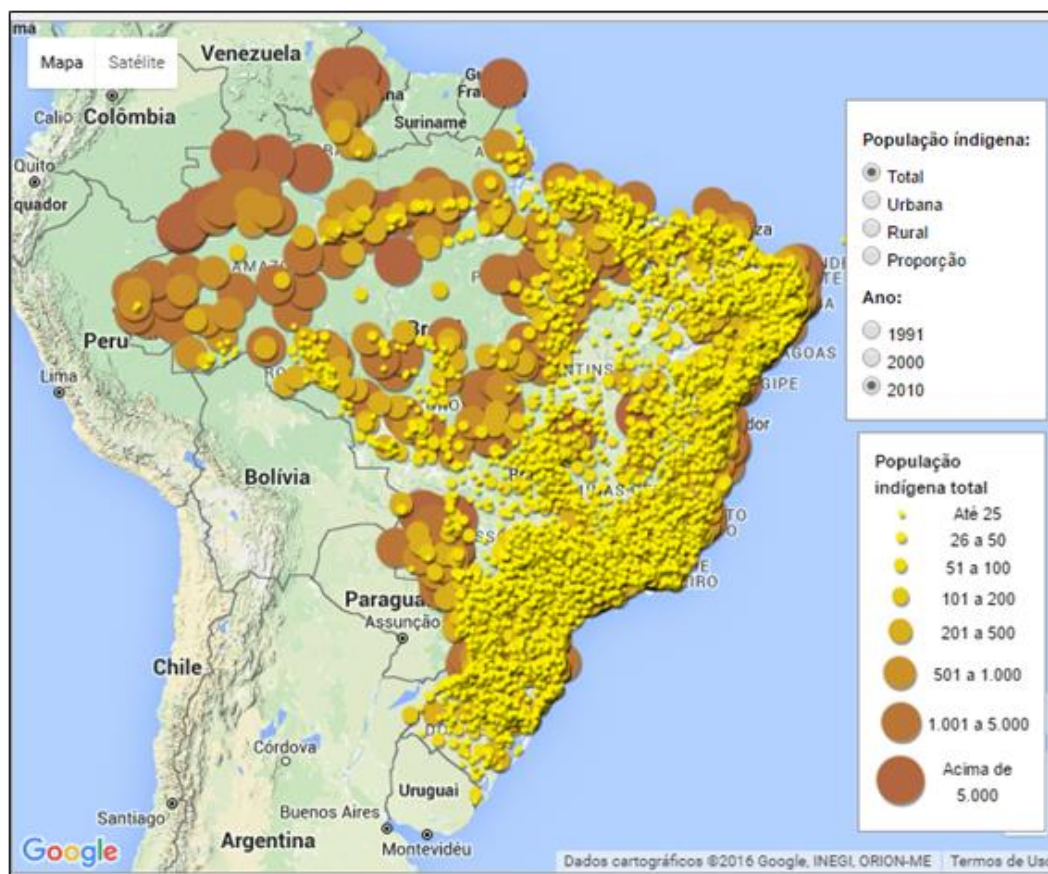
§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

1.4. SITUAÇÃO ATUAL

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO INDÍGENA



É na região norte que está a maior população (total de indivíduos) brasileira de indígenas, bem como o maior número de reservas.

Municípios com as maiores populações indígenas do País, por situação do domicílio Região Norte - 2010									
	Total			Urbano			Rural		
	Código	Município	POP	Código	Município	POP	Código	Município	POP
1	1303809	São Gabriel da Cachoeira	29.017	1303809	São Gabriel da Cachoeira	11.016	1303809	São Gabriel da Cachoeira	18.001
2	1303908	São Paulo de Olivença	14.974	1400100	Boa Vista	6.072	1304062	Tabatinga	14.036
3	1304062	Tabatinga	14.855	1302603	Manaus	3.837	1303908	São Paulo de Olivença	12.752
4	1303601	Santa Isabel do Rio Negro	10.749	1300300	Autazes	2.788	1300607	Benjamin Constant	8.704
5	1300607	Benjamin Constant	9.833	1501402	Belém	2.268	1303601	Santa Isabel do Rio Negro	8.584
6	1400100	Boa Vista	8.550	1303908	São Paulo de Olivença	2.222	1400050	Alto Alegre	7.457
7	1300409	Barcelos	8.367	1303601	Santa Isabel do Rio Negro	2.165	1300409	Barcelos	6.997
8	1400050	Alto Alegre	7.544	1303700	Santo Antônio do Itá	1.515	1400704	Uiramutã	6.734
9	1400704	Uiramutã	7.382	1300409	Barcelos	1.370	1300201	Atalaia do Norte	5.840
10	1300300	Autazes	6.877	1300607	Benjamin Constant	1.129	1300805	Borba	5.747

As terras indígenas amazônicas são o centro de diversos conflitos. A partir da década de 60, as políticas de povoamento e ocupação da região norte são cada vez maiores.

Municípios com as maiores populações indígenas do País, por situação do domicílio Pará - 2010									
	Total			Urbano			Rural		
	Código	Município	POP	Código	Município	POP	Código	Município	POP
1	1503754	Jacareacanga	5.843	1501402	Belém	2.268	1503754	Jacareacanga	4.760
2	1500602	Altamira	3.711	1503754	Jacareacanga	1.083	1505304	Oriximiná	2.985
3	1505304	Oriximiná	3.068	1500602	Altamira	823	1500602	Altamira	2.888
4	1506807	Santarém	2.627	1500800	Ananindeua	778	1506807	Santarém	1.996
5	1501402	Belém	2.271	1506807	Santarém	631	1501006	Aveiro	1.676
6	1501006	Aveiro	1.773	1503606	Itaituba	495	1505437	Ounilândia do Norte	1.531
7	1505437	Ounilândia do Norte	1.574	1504208	Marabá	388	1507300	São Félix do Xingu	1.248
8	1507300	São Félix do Xingu	1.294	1506138	Redenção	259	1502764	Cumaru do Norte	1.184
9	1502764	Cumaru do Norte	1.201	1505502	Paragominas	170	1505536	Parauapebas	1.059
10	1505536	Parauapebas	1.181	1508100	Tucuruí	164	1500503	Almeirim	802

A criação da FUNAI ocorreu ao mesmo tempo em que a fronteira agrícola avançava para o Norte. Boa parte das terras da região Norte são griladas ou ocupadas por posseiros. As terras indígenas estão em áreas com muitas riquezas: hídricas, minerais (petróleo e minerais) e genéticas. São terras cobiçadas tanto pelas riquezas que possuem quanto por representarem um potencial território agricultável. O conflito é quase inevitável. A visão que motiva o agronegócio, as mineradoras e as grandes obras do Estado é diferente dos direitos dos povos indígenas, como foi citado acima (leia e releia a lei até compreendê-la bem e fixar). Às terras indígenas são vedadas a exploração e o acesso do não índio. Então surgem polêmicas e problemas a serem discutidos como, por exemplo, a relação do Estado como as populações indígenas e sua integração da sociedade.

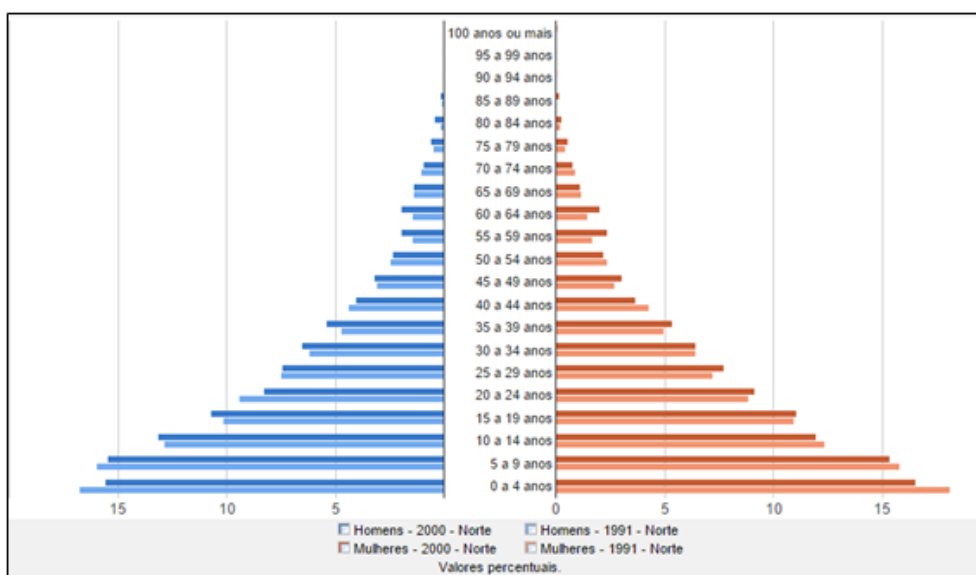


Para muitos, é impossível manter as culturas indígenas “intocadas” e essa visão não traz benefícios, pelo contrário, complica a situação das tribos, principalmente quanto à saúde. Quanto maior o isolamento das tribos, menores são os índices de expectativa de vida e doenças recorrentes são maiores. As críticas quanto à visão preservacionista e conservacionista são de que ela relega a uma situação pior e mais segregada com as reservas. Algumas lideranças indígenas possuem esta visão, pois dizem que se enganam aqueles que consideram que o índio está feliz na situação em que vive, sem poder explorar aos recursos e sem ser integrado. A visão da FUNAI é conservacionista e compreende como melhor para as comunidades indígenas a situação de suas preservação e fixação nas reservas. É um triângulo de posições: Em um vértice (ponta do triângulo) temos os indígenas, no outro o Estado e no outro os agentes econômicos (mineradores e fazendeiros). Em cada um deles as posições não são homogêneas.

As comunidades indígenas possuem lideranças que defendem a maior integração do índio na sociedade brasileira. Querem manter alguns elementos culturais que os dão identidade, mas não querem ficar isolados e querem explorar os recursos. Isso é possível desde que haja aprovação no congresso, mas gera uma grande oposição de colonos na região norte, sobretudo os que já estão na segunda ou terceira geração de colonização rural, ampliando suas fazendas e produção pelo Norte, pois a exploração dos recursos indígenas além de depender de aprovação parlamentar, é deles parte do benefício. Importante destacar que ainda vigora uma visão bastante conservadora e arcaicas sobre a produção: É possível aumentar a produtividade em até 4x (quatro vezes) usando técnicas de manejo, sem aumentar a área cultivada. Outros grupos indígenas defendem sua maior autonomia e independência. Não há uma situação homogênea quanto a situação dos grupos indígenas. Com o desenvolvimento e povoamento do oeste do estado do Pará, região avanço da fronteira agrícola, os conflitos com os indígenas são muitos e evolui violência de todos os lados.

1.5. O PERFIL POPULACIONAL INDÍGENA

Observe o Gráfico da população indígena da região norte.



Verifique-a com cuidado. O tamanho das linhas horizontais nos mostra a quantidade de pessoas em cada uma das idades da coluna. Os índices sociais apresentam um perfil populacional típico de países subdesenvolvidos, não industrializados, mais pobres do mundo. Possui sua base larga e o topo estreito. *O que isso significa?* Que as taxas de natalidade são altas e a expectativa de vida é baixa. Há um predomínio de crianças e jovens indígenas. Algumas comunidades indígenas vivem em situação bastante precária e são atingidos por doenças como a malária e várias doenças infecciosas.



09 Novembro 2020

Indígena brasileira lamenta perda irreparável de “bibliotecas”: anciões mortos pela COVID-19

O impacto da COVID-19 tem sido bastante doloroso entres os povos indígenas. A tradição oral, transmitida pelos mais velhos, é o que mantém sua cultura viva.



Texto Complementar

O impacto da COVID-19 tem sido bastante intenso e doloroso entres os povos indígenas. “O pós-pandemia vai deixar sequelas nas vidas de todos nós. Perdemos companheiros, parentes, nossos anciões, nossas bibliotecas. Isso é uma perda irreparável. Vidas de muitos anciões se foram. Esses não voltam mais. Bibliotecas de muitos povos indígenas que desapareceram”.

O desabafo é de Puyr Tembe, vice-presidenta da Federação dos Povos Indígenas do Pará e integrante da iniciativa Voz das Mulheres Indígenas. Ela tem trabalhado com tecnologia para monitorar o impacto da pandemia entre os mais de 200 povos indígenas que vivem no Brasil. A tradição oral, especialmente transmitida pelos mais velhos – guardadores de saberes - é o que mantém sua cultura viva.

“Cinco das 10 terras indígenas mais vulneráveis à COVID-19 contam com registros de povos isolados e estão na Amazônia. Hoje uma de nossas maiores preocupações é que a pandemia chegue nestes territórios”, explica Puyr Tembe. Ela assinala que os conflitos territoriais se acentuaram, provocando invasões de terras e contágios decorrentes da circulação de não-indígenas nos territórios demarcados. [...] A pressão de grandes e



médias mineradoras se soma a invasão em massa de garimpeiros, madeireiros e colonos, que aproveitaram a pandemia para intensificar ainda mais a extração e plantação ilegal. Exemplo disso são as terras indígenas Yanomami (RR), Raposa Serra do Sol (RR), Alto Rio Negro (AM) e Waimiri-Atroari (AM/RR), Alto Rio Guamá, Trincheira Bacana e Cachoeira Seca”, detalha.

Em 5 de novembro de 2020, o Comitê Nacional de Vida e Memória Indígena contabilizava 38.643 casos de COVID-19 entre 161 povos indígenas do Brasil, com 870 mortes. Os povos mais afetados são Kokama – onde ocorreu o primeiro registro da doença, no município amazonense Santo Antônio do Içá, em março -, Guajajara e Macuxi.

Fonte: <https://brasil.un.org/>

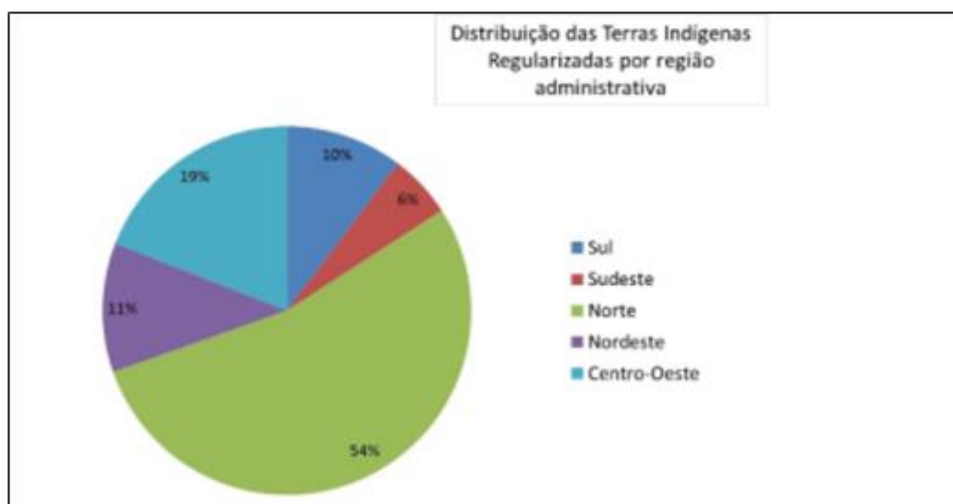


2- RESERVAS INDÍGENAS NA REGIÃO NORTE E NO PARÁ

“Hoje, o avanço capitalista sobre a Amazônia é como uma fera, quase indomável. Motosserras e tratores fazem parte de programas oficiais de devastação. As grandes serrarias, que já exauriram o potencial madeireiro em outras regiões do mundo, agora seguem resolutas em direção à Amazônia, vestidas em peles de cordeiro, com o discurso da ‘exploração/devastação sustentável’, ostentando diplomas de ‘certificação verde’ e com projetos de ‘auto sustentabilidade’ na Amazônia. Quem vivenciou a devastação em décadas passadas tem razões de sobra para prever novas catástrofes ambientais, atingindo particularmente os territórios indígenas. As mineradoras e companhias de petróleo estão afiando suas unhas para cavar cada vez mais fundo e mais rápido, para acumular ao máximo seu capital globalizado. Fazem pressão sobre o Congresso Nacional para que seja regulamentada a exploração mineral em terras indígenas. Há pedidos de pesquisa e exploração mineral sobre terras indígenas de toda a Amazônia.”

SciELO. Amazônia Indígena: conquista e desafios.

Em 2003 foi o primeiro caso de redução de uma terra indígena no ato de sua homologação. É a terra indígena Baú, do Povo Kayapó, no Pará que representa um precedente jurídico para a redução de outras terras em que haja pressão dos setores contrários à demarcação de terras. Na terra de Baú, a redução veio de um termo de conciliação e ajuste de conduta aceito pelos Kayapó e assistidos pela FUNAI. Mediante a uma compensação de um milhão e duzentos mil reais, a terra foi reduzida em trezentos mil hectares. O CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e outras entidades consideram o procedimento ilegal por ferir o § 6º (parágrafo sexto) do Art. 231 da Constituição Federal de 1988, que determina a nulidade de todos os atos que tenham por objetivo a ocupação, o domínio e a posse das terras indígenas.



Grandes Regiões e Unidades da Federação	População indígena			
	Total	Localização do domicílio		Percentual nas Terras Indígenas (%)
		Terras Indígenas	Fora de Terras Indígenas	
Brasil	896 917	517 383	379 534	57,7
Norte	342 836	251 891	90 945	73,5
Roraima	13 076	9 217	3 859	70,5
Acre	17 578	13 308	4 270	75,7
Amazonas	183 514	129 529	53 985	70,6
Roraima	55 922	46 505	9 417	83,2
Pará	51 217	35 816	15 401	69,9
Amapá	7 411	5 956	1 455	80,4
Tocantins	14 118	11 560	2 558	81,9

O Pará tem a terceira população indígena da região Norte, atrás do Amazonas e de Roraima. De acordo com o gráfico 69,9% vivem nas terras indígenas e o restante, mais de 35 mil indígenas vivem fora das terras.

A atuação do MPF é rigorosa, principalmente neste contexto de forte pressão econômica para o avanço nas terras indígenas. Em 2020 cessou a demarcação de terras e caiu a fiscalização dos órgãos federais. A FUNAI por exemplo, expediu uma liminar que permitia a grilagem em terras indígenas não homologadas.



INDÍGENAS

9 DE SETEMBRO DE 2020 ÀS 17H55

Justiça suspende efeitos de instrução da Funai que liberou grilagem em terras indígenas no Sudoeste do Pará

O Ministério público também embargou as obras do porto de Maicá, pois o licenciamento foi concedido sem consulta aos povos da região.

MPF e MPPA pedem suspensão de licenças e obras por fraude em licenciamento do porto do Maicá

Fonte: **G1** (23 de abril de 2020)



A comunidades Munduruku, Apiaká, quilombolas e ribeirinhas denunciaram ao MPF que a SEMAS (secretaria estadual de meio ambiente e sustentabilidade) concedeu **licença ambiental** para a implantação de um **porto** e a **exploração de petróleo** (*Atem’s* Distribuidora de Petróleo), sem consultar as populações locais. O **Lago do Maicá** é tradicionalmente utilizado para a sobrevivência das comunidades indígenas e ribeirinhas.O MPF expediu recomendação com vistas à imediata suspensão do licenciamento até que seja realizada a consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas e demais afetados.

De acordo com o CIMI (conselho indigenista missionário) entre as diversas violências perpetradas contra os indígenas, o Pará é o líder em invasões de garimpeiros, madeireiros e grileiros, bem como é o estado com maior desmatamento e queimadas em terras indígenas em 2020.

Capítulo I – Violência Contra o Patrimônio									
UF	Omissão e morosidade na regularização de terras	Conflitos relativos a direitos territoriais	Invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio	Total de casos	UF	Omissão e morosidade na regularização de terras	Conflitos relativos a direitos territoriais	Invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio	Total de casos
AC	19	3	10	32	PB	3		4	7
AL	10	1	4	15	PE	16	1	3	20
AM	230	5	56	291	PI	2			2
AP			1	1	PR	40	1	1	42
BA	29		7	36	RJ	8		1	9
CE	32		4	36	RN	5			5
DF	1			1	RO	27		21	48
ES	3	1	1	5	RR	3	3	9	15
GO	1			1	RS	68	2	1	71
MA	13	2	42	57	SC	21	2	1	24
MG	17		7	24	SE	3		1	4
MS	115	10	7	132	SP	37	1	2	40
MT	52	1	21	74	TO	9		16	25
PA	65	2	36	103	TOTAL	829	35	256	1.120



3- QUESTÕES OBJETIVAS

1. (Rodadas PC-PA)

A população indígena no Brasil representa um grande contingente de povos indígenas que, ao longo dos anos, sofreu um considerável decréscimo, seja por extermínio, seja por doenças trazidas pelos colonizadores. Esses povos já habitavam o território brasileiro muito antes da chegada dos portugueses e estão distribuídos nas cinco regiões do país. Muitos povos já entraram em contato com os costumes não indígenas, contudo, alguns grupos ainda vivem isolados.

A respeito da população indígena, podemos dizer que:

A) As taxas de natalidade são baixas e a expectativa de vida é alta. Há um predomínio de crianças e jovens indígenas.

B) Segundo o último censo, há cerca de 817.962 indígenas em 488 terras indígenas que, em exclusividade e pelo processo de colonização, falam apenas o português.

C) Os indígenas que habitam fora de suas terras também apresentam altas taxa de fecundidade e mortalidade. Em Altamira e em Jacareacanga, por não ter terras indígenas declaradas, a maioria convive nas cidades em bairros pobres.

D) O Estado brasileiro conta com um órgão indigenista chamado INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que foi criado em 1967 pela lei 5.371. Foi responsável pela criação de diversas terras indígenas, como a terra indígena Sororó em Marabá, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia.

E) A população indígena no país sofreu um enorme decréscimo devido aos extermínios, epidemias e também escravidão foram os principais motivos dessa redução. Atualmente ameaçam as comunidades indígenas as atividades de garimpo ilegal, como na reserva Mundukuru, no sudoeste do estado.

Comentários

Devido ao processo histórico de ocupação do território brasileiro, a população indígena sofreu nos últimos séculos, e ainda nos últimos anos, uma redução significativa. Além disso, Algumas comunidades indígenas vivem em situação bastante precária e são atingidos por doenças como a malária e várias doenças infecciosas.

[A] Incorreto. Ao contrário, as taxas de natalidade e mortalidade são altas e a expectativa de vida é baixa, tipicamente um perfil de país subdesenvolvidos.

[B] Incorreto. De acordo com o último censo, são cerca de 274 línguas indígenas falada em todo o território brasileiro, e apenas parte dessa população fala o português.

[C] Incorreto. De acordo com o IBGE, os indígenas que habitam fora de suas terras, principalmente na área urbana, apresentam baixa taxa de fecundidade e mortalidade.

[D] Incorreto. O órgão indigenista é a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) que foi criado em 1967 pela lei 5.371. É uma autarquia vinculada ao ministério da justiça, cuja função é realizar políticas que visem à aplicação das leis indígenas.

Gabarito: E



2. (Rodadas PC-PA)

“Madeireiros invadem Terra Indígena Arara, no sudoeste do PA, diz Funai. Moradores da região temem que ocorra conflito, já que há tensões entre os indígenas para realizar um protesto na rodovia Transamazônica.”.

(Fonte: G1.com. Acesso em 03.01.2019).

Em atenção à notícia apresentada analise os itens a seguir e marque a alternativa correta.

I- Uma equipe da Coordenadoria Regional da Fundação do índio informou nesta quinta-feira (3) que acompanha uma situação de invasão de madeireiros na Terra indígena (TI) Arara, entre Uruará e Medicilândia, no sudoeste do Pará;

II- De acordo com a Funai, um grupo de madeireiros invadiu a área desde o último dia 30 de dezembro para extrair madeira ilegalmente e ocupar a terra com demarcação de lotes;

III- Moradores da região temem que ocorra conflito, já que há tensões entre os indígenas para realizar um protesto na rodovia BR-230, a Transamazônica, devido a invasão;

IV- A TI Arara abrange os municípios de Altamira, Tailândia, Medicilândia e Santarém. A área compreende mais de 200.000 hectares e abriga quase 300 indígenas. De acordo com a Funai, o local teve os limites homologados na década de 90.

A) Apenas os itens I, II e III estão corretos.

B) Apenas os itens I, II e IV estão corretos.

C) Apenas os itens II e IV estão errados.

D) Apenas os itens II e III estão errados.

E) Apenas II, III e IV estão corretos.

Comentários

Questão baseada em uma notícia.

I, II e III – Corretas. Nos últimos anos, a região tem sido alvo constante de invasões por madeireiros e grileiros, por conta do grande volume de madeiras nobres que a área ainda possui. As terras indígenas são, atualmente, os principais alvos dos invasores por serem aquelas que detêm as florestas mais preservadas. De acordo com a reportagem, um grupo de madeireiros invadiu a terra indígena Arara, localizada nos municípios de Uruará e Medicilândia, no Pará. A situação foi tensa com riscos de conflitos entre os invasores e os indígenas que vivem na região próxima à rodovia Transamazônica, a BR-230.

IV – Incorreto. A Terra Indígena Arara abrange os municípios de Altamira, Brasil Novo, Medicilândia e Uruará. A área compreende 274.010 hectares e abriga 298 indígenas. De acordo com a Funai, o local teve os limites homologados pelo Decreto nº399, de 24 de dezembro de 1991.

Gabarito: A

3. (Rodadas PC-PA)

Fonte: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/o-para-e-o-estado-com-o-maior-numero-de-massacres-no-campo-segundo-a-cpt.ghml>



“Conflitos constituídos em múltiplas estratégias e táticas de enfrentamentos, desafios, disputas, combates, resistências e jogos de negociações. É um estudo que não ficou aprisionado às análises dos confrontos e das 221 disputas entre trabalhadores rurais e proprietários de terra, mas considerou, também, o envolvimento de aparelhos de Estado e de entidades de mediação na luta pela terra, apreciada como um espaço poliédrico onde diversos grupos, interesses, temporalidades, sonhos e concepções operaram”

Fonte: PEREIRA, Airton dos Reis. A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo. Dissertação. Recife, 2013.

O estado do Pará lidera o ranking de assassinatos no campo, segundo relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT), desde 1985, quando a entidade, como forma de denúncia, começou a sistematizar os dados e publicá-los. Com base nas informações a respeito do tema, julgue os itens a seguir como os principais fatores para esses conflitos no Pará:

- () a expulsão de posseiros por empresas, do Centro-Sul do país, que se instalaram nessa parte do território amazônico estimuladas e apoiadas financeiramente pelo governo federal;
- () disputas, simultâneas, entre trabalhadores rurais e fazendeiros, comerciantes e empresários por uma mesma área de terras devolutas;
- () ocupações de grandes propriedades com títulos definitivos ou de aforamentos por trabalhadores rurais, principalmente migrantes do Nordeste, do Sudeste e do Centro-Oeste que chegaram atraídos pela propaganda;
- () As maiores terras indígenas do Pará é a reserva Yanomami e Xingu.
- () Os conflitos no campo brasileiro têm como causa principal a concentração de terras.

Estão corretos

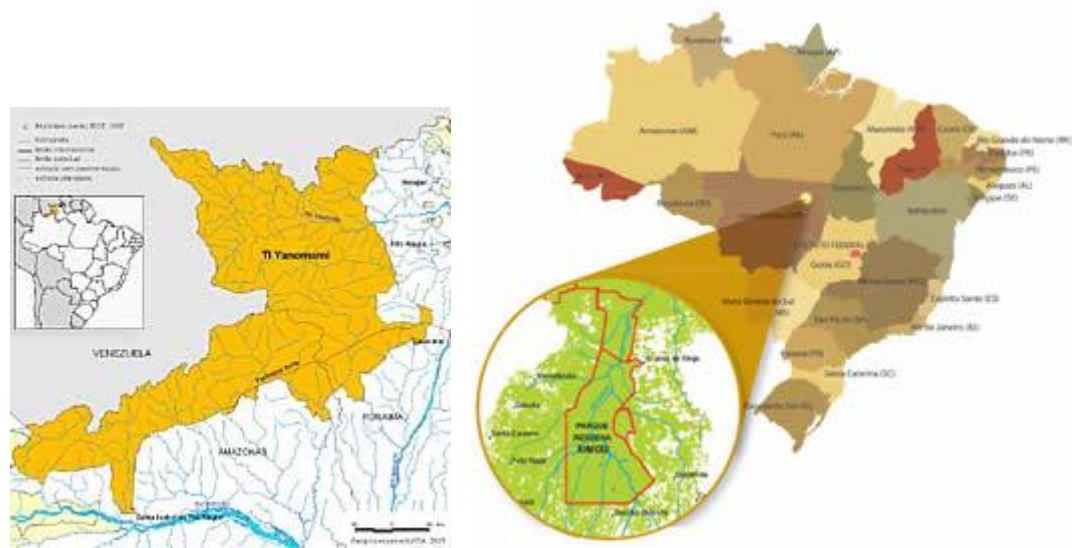
- A) F, F, V, V. F.
- B) V, V, V, V. V.
- C) V, V, V, F, V.
- D) V, F, V, F. V.
- E) V, F, V, F, F.

Comentários

De acordo com a pesquisa de Pereira, foi a partir da primeira metade da década de 1970, com a abertura de diversas rodovias estaduais e federais, ligando o Norte ao Nordeste e ao Sudeste do Brasil, que milhares de pessoas chegaram em busca da terra e do trabalho. Conforme a abertura de algumas dessas estradas avançava, vilas e povoados surgiam, serrarias e fazendas eram implantadas e casas de comércio e bancos eram edificadas para atender as levas de migrantes que chegavam atraídos pela propaganda e pelas políticas de desenvolvimento que os sucessivos governos da ditadura civil-militar haviam planejado para a Amazônia. Em pouco tempo, os rios que determinavam o cotidiano de uma população escassa às suas margens foram suplantados por uma rede de estradas empoeiradas por onde trafegavam pessoas e caminhões de mercadorias de cidades do Centro-Sul que, no retorno, levavam madeiras, em especial, o mogno, exploradas nas fazendas implantadas com recursos da SUDAM. Grande parte dos conflitos decorrem também da má



distribuição de terras, em que poucos detêm grandes extensões de terras enquanto muitos detêm pouca terra. Essa concentração teve início com a criação das capitanias hereditárias e adoção do sistema de sesmarias. O caso de violação aos direitos originários dos povos indígenas mais grave é o caso da **Terra Indígena (TI) Munduruku, na qual estima-se que já foram instalados mais de 500 garimpos**. O garimpo é uma séria preocupação também na TI Yanomami, onde há o registro da presença de dezenas de milhares de pessoas explorando ouro ilegalmente.



Gabarito: C



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.